

RELATÓRIO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Exercício 2024

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

RONALDO RAMOS CAIADO
GOVERNADOR

DANIEL ELIAS CARVALHO VILELA
VICE-GOVERNADOR

SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA

FRANCISCO SÉRVULO FREIRE NOGUEIRA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA

JOÃO PAULO MARRA DANTAS
SUPERINTENDENTE DE GESTÃO INTEGRADA

DÉSIRÉE GABRIELA THON
GERENTE DE PLANJAMENTO INSTITUCIONAL

RICARDO NAVES ROSA
COORDENAÇÃO

RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES

DANIELLA BALBINO ALVES
ESCRITÓRIO DE PROJETOS SETORIAL

WEDERSON XAVIER DE OLIVEIRA
SUBSECRETARIA DO TESOUREO ESTADUAL

MÁRIO MENDES BARBOSA JÚNIOR
SUBSECRETARIA CENTRAL DE ORÇAMENTO

JOÃO PAULO MARRA DANTAS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO INTEGRADA

DANIELLE GOMES DE OLIVEIRA
SUBSECRETARIA CENTRAL DE PLANEJAMENTO,
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

WAYSER LUIZ PEREIRA
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL

BRUNO PÓVOA LEAL
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONCEPÇÃO GRÁFICA

FABRÍCIO OLIVEIRA ARRUDA
CHEFE DA COMUNICAÇÃO SETORIAL

MAYCON MORAIS DA SILVA
CRIAÇÃO DE LAYOUT

MILENA DA SILVA VIEIRA
DIAGRAMAÇÃO E ELEMENTOS VISUAIS

Sumário

1. INSTITUCIONAL.....	4
1.1. Gestor.....	5
1.2. Síntese da Gestão.....	5
1.3. Organograma.....	7
1.4. Planejamento Estratégico Institucional – PEI.....	8
1.4.1. Detalhamento de Curto Prazo (2025/2026).....	10
1.4.2. Alinhamento a Instrumentos De Planejamento Governamental.....	14
1.5. Premiações e destaques	17
1.6. Principais Indicadores.....	19
2. ESTRUTURA DO PPA DA SECRETARIA DA ECONOMIA.....	21
3. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DAS INICIATIVAS DOS PROGRAMAS - EXERCÍCIO 2024....	24
3.1. Programa: Goiás da Gestão Transformadora (1048).....	25
3.1.1. Resultado esperado.....	25
3.1.2. Iniciativa: Institucionalização, Automatização e Aparelhamento da Secretaria (10163).....	26
3.1.2.1. Entregas.....	26
3.1.3. Iniciativa: Ampliação da Eficiência e da Qualidade das Finanças, do Planejamento e do Gasto Público (10007).....	28
3.1.3.1. Entregas.....	35
3.1.4. Iniciativa: Aumento da Arrecadação e Modernização Tributária Estadual (10033).....	37
3.1.4.1. Entregas.....	41

1. Institucional



1.1. Gestor

Secretário de Estado da Economia

Francisco Sérvulo Freire Nogueira

1.2. Síntese da Gestão

O ano de 2024 foi marcado por avanços estruturantes e entregas estratégicas que reafirmaram o protagonismo da Secretaria de Estado da Economia de Goiás na condução de uma gestão pública moderna, eficiente e orientada por resultados. Em um contexto de crescentes desafios fiscais e de transformação institucional, a Secretaria consolidou sua atuação como articuladora das políticas de equilíbrio fiscal e desenvolvimento sustentável, promovendo a integração entre as áreas de arrecadação, planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e tecnologia da informação.

Dentre os eixos estruturantes da atuação institucional, o planejamento se destacou como elemento central na coordenação das políticas públicas e na consolidação de uma gestão orientada a resultados.

A implantação do Sistema Estruturador Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças Estadual (SIPOFE) foi decisiva para aprimorar a governança pública. Essa ferramenta tem promovido maior integração entre áreas e sistemas, ampliando a transparência, a interoperabilidade dos dados e o controle sobre os gastos públicos. Com ela,

o planejamento deixou de ser um instrumento meramente formal e passou a atuar como ferramenta estratégica de decisão e direcionamento das políticas públicas.

A gestão orçamentária e financeira também demonstrou notáveis avanços, consolidando práticas inovadoras voltadas à eficiência e à sustentabilidade fiscal. Dentre os destaques, a elaboração colaborativa do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2025 promoveu maior integração entre unidades setoriais e a alta gestão, resultando em um orçamento alinhado aos projetos estratégicos governamentais e com informações qualificadas. O uso de painéis interativos e a criação do Ranking de Execução Orçamentária reforçaram a cultura de desempenho e permitiram decisões mais assertivas na alocação dos recursos públicos.

A Administração Tributária, pautada no eixo estratégico estabelecido no planejamento da pasta, focou no aumento de sua eficiência, por meio da simplificação do cumprimento tributário e da redução da litigância fiscal, contribuindo para aumentar a arrecadação tributária e melhorar o ambiente de negócios.



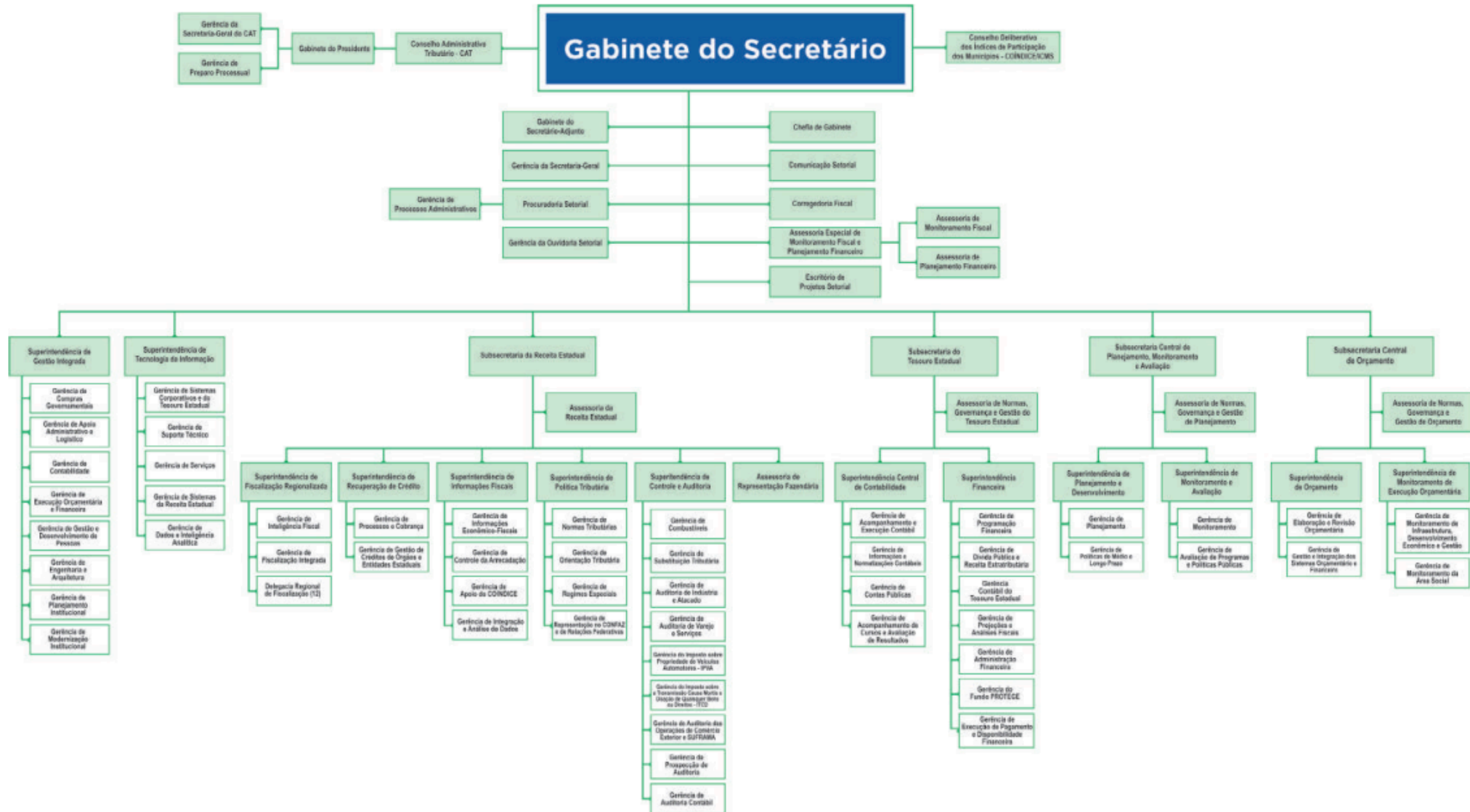
A arrecadação tributária teve incremento de 19,7% em relação ao ano anterior, com aumento significativo na recuperação de créditos tributários, de R\$1,521 bilhões em 2023 para R\$2,068 bilhões em 2024, e redução expressiva da dívida ativa consolidada, em aproximadamente R\$ 23 bilhões em relação ao ano anterior.

Na pauta da transformação digital, a automatização do ITCD 3.0 zerou o tempo de espera para o contribuinte, e o lançamento do Processo Administrativo Tributário Eletrônico (PAT-e) modernizou a tramitação de litígios, ampliando a transparência e a eficiência na resolução de processos.

Na área contábil e fiscal, Goiás manteve sua liderança nacional, alcançando a nota máxima no ranking da STN (99,81%) e o primeiro lugar no Índice de Liquidez do CLP. O Estado também se destacou pela atuação decisiva na construção do PROPAG, programa federal com potencial de gerar economia de R\$ 30 bilhões nos próximos 30 anos.

Esses resultados são reflexo de uma atuação institucional baseada em evidências, inteligência analítica e planejamento estruturado, reafirmando o compromisso da Secretaria da Economia com a geração de valor público, a inovação institucional e a excelência na gestão.

1.3. Organograma



Fonte: Lei 21.792 de 16 de fevereiro de 2023 e Decreto 10.218 de 16 de fevereiro de 2023.

PREVIGOR

Figura 1. Organograma da Secretaria de Estado da Economia
Disponível em: <https://goias.gov.br/administracao/wp-content/uploads/sites/27/2011/07/ECONOMIA.pdf>

1.4. Planejamento Estratégico Institucional - PEI

O foco da pasta para os anos de 2024 a 2027 foi estabelecido de forma a coincidir com o período de vigência do Plano Plurianual (PPA) e consistiu na modernização de nossa Identidade Institucional (Missão, Visão e Valores) e na estruturação do plano em eixos estratégicos alinhados aos eixos temáticos do PROFISCO (Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil). Esse alinhamento foi realizado de forma antecipada para que os projetos que virão a ser financiados pelo programa sejam selecionados com base em sua capacidade de contribuir

efetivamente para o alcance dos objetivos estabelecidos. Isso assegurará que os recursos sejam aplicados de forma eficiente e tragam resultados concretos e positivos.

A nova Identidade Institucional da Secretaria está fundamentada em sua missão de assegurar recursos para o desenvolvimento do Estado e o bem-estar dos cidadãos, com visão inovadora e valores como transparência, inovação e foco no cidadão:

IDENTIDADE INSTITUCIONAL



MISSÃO

Nós promovemos o planejamento, a gestão tributária, orçamentária e financeira, assegurando recursos para o desenvolvimento do Estado e bem-estar dos seus cidadãos



VISÃO

Somos uma instituição inovadora e transformadora em governança, administração tributária e qualidade do gasto público



VALORES

Transparência

Valorização do colaborador

Inovação

Sustentabilidade fiscal e ambiental

Foco do cidadão



O planejamento está ancorado em três pilares essenciais, que se complementam e fortalecem mutuamente, norteando ações voltadas para simplificação tributária, eficiência na gestão de recursos e inclusão digital.

Além disso, é direcionado para duas grandes mudanças: os impactos trazidos pela Reforma Tributária e a incorporação de inovações tecnológicas.

EIXOS ESTRATÉGICOS:



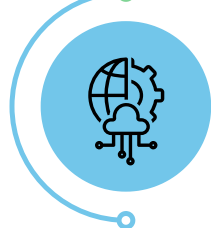
MODERNA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Aumentar a eficiência da administração tributária por meio da simplificação do cumprimento tributário e da redução da litigância fiscal, contribuindo para aumentar a arrecadação tributária e melhorar o ambiente de negócios.



QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO

Aumentar a eficiência no uso dos recursos públicos, por meio do aperfeiçoamento dos processos de planejamento, execução e avaliação do gasto público, contribuindo para a melhoria dos serviços aos cidadãos e aumento dos investimentos.



INOVAÇÃO E GOVERNANÇA

Melhorar a governança, por meio da transformação digital e da promoção da sustentabilidade ambiental, igualdade de gênero e participação cidadã, potencializando o desempenho institucional.

1.4.1. Detalhamento de Curto Prazo (2025/2026)

Para atender às diretrizes propostas na identidade institucional e nos eixos temáticos, o foco da pasta para os anos de 2025 e 2026 foi estabelecido com a aplicação da metodologia OKR (Objective and Key Results), trazendo um modelo ágil de gestão estratégica, com objetivos claros e mensuráveis, aliados a resultados-chave que indicam o progresso em direção a esses objetivos.

O Plano Estratégico apresenta os Objetivos e Resultados-Chave da Secretaria da Economia para os anos de 2025 e 2026, separados de acordo com os eixos estratégicos aos quais estão vinculados.

Para o eixo **Moderna Administração Tributária**, foram definidos:

OBJETIVO 1

Tornamos a Administração Tributária mais inovadora e eficiente, favorecendo a sustentabilidade fiscal do Estado e a melhoria do ambiente de negócios.

KR 1.1

Incrementamos o crescimento real da arrecadação tributária em 2% a.a. (IPCA + 2% base 2024)

KR 1.2

Identificamos o GAP tributário (diferença entre a arrecadação potencial e a real) e reduzimos o GAP de conformidade em 2%

KR 1.3

Reduzimos em 10% a.a. a litigiosidade administrativa

OBJETIVO 2

Adaptamos a administração às mudanças introduzidas pela Reforma Tributária, assegurando a sustentabilidade financeira do Estado.

KR 2.1

Cumprimos 100% das iniciativas previstas no plano de adequação dos processos e sistemas da Economia que serão impactados pela Reforma Tributária

Associados ao eixo **Qualidade do Gasto Público**:

OBJETIVO 3

Transformamos o planejamento e a gestão orçamentária e financeira, garantindo a sustentabilidade fiscal para viabilizar as políticas públicas e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Estado.

KR 3.1

Atingimos a pontuação máxima (100%) no ranking do STN

KR 3.2

Implantamos a sistemática de gestão por custos em 5 dos principais centros de custos do Estado

KR 3.3

Alcançamos a classificação A+ da CAPAG (Capacidade de Pagamento do ente público, medida pela STN)

KR 3.4

Aumentamos a média das notas dos órgãos do executivo no Ranking de Execução Orçamentária e Financeira do Estado em 1,00 ponto – Referência 2024

KR 3.5

Aumentamos o índice de eficácia física do Plano Plurianual – PPA – de 56% para 80%

KR 3.6

Implantamos o planejamento de médio e longo prazo em 100% dos órgãos do Estado

E vinculados ao eixo **Inovação e Governança**:

OBJETIVO 4

Oferecemos serviços digitais simples e acessíveis para aprimorar a experiência do contribuinte e fortalecer a relação de confiança mútua.

KR 4.1

Aumentamos em 10% a proporção de atendimentos digitais em relação à procura por atendimento presencial

KR 4.2

Asseguramos que 100% dos novos serviços digitais estejam em conformidade com as normas de acessibilidade e pressupostos de UX (Experiência do Usuário)

KR 4.3

Alcançamos 80% de satisfação do usuário nos 10 serviços mais procurados

OBJETIVO 5

Implementamos uma governança participativa e sustentável, com foco na valorização das pessoas, para aprimorar os mecanismos de liderança, estratégia e tomada de decisões.

KR 5.1

Aumentamos a eficiência dos processos organizacionais de X para Y priorizando 20 processos transformados e validados com ganho de desempenho.

KR 5.2

Reduzimos em 20% o GAP de competências dos colaboradores em 3 unidades da pasta

KR 5.3

Aumentamos em 20% a satisfação do colaborador em relação ao clima organizacional

KR 5.4

Alcançamos 80% de satisfação dos líderes de negócio com o alinhamento das soluções de TI descritas no PDTI aos objetivos estratégicos de negócio

KR 5.5

Elevamos o nível de maturidade em governança em 30%

O **Mapa Estratégico** direciona as ações da Secretaria da Economia, consolidando seu compromisso com a inovação, a eficiência e a transparência na gestão pública.

Ele serve como referência para a tomada de decisões e para o aprimoramento contínuo da governança, garantindo que as iniciativas estejam alinhadas aos desafios e às necessidades da sociedade.



Figura 2. Mapa Estratégico da ECONOMIA - 2024/2027

1.4.2. Alinhamento a Instrumentos De Planejamento Governamental

O Plano Estratégico 2024/2027 segue as diretrizes do Plano de Governo do Estado de Goiás 2023/2026, e está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assegurando a integração das diretrizes estratégicas do governo estadual e metas globais, às ações da Secretaria da Economia.

O alinhamento entre o Plano Estratégico Institucional (PEI) e o Plano Plurianual (PPA) 2024/2027, conforme a Instrução Normativa nº 1580, de 30 de abril de 2024, ocorre quando, no mínimo um dos objetivos estratégicos do PEI corresponde a programas ou iniciativas especificadas no Anexo Único da Lei 22.317, de 18 de outubro de 2023. Essa relação garante a integração entre os planejamentos estratégicos institucionais dos órgãos e entidades da administração estadual.

O PPA é um plano orientador para as demais leis orçamentárias e trata-se de um planejamento de curto e médio prazo das políticas públicas do Estado. É um importante instrumento de conformação dos planos de longo prazo do Estado, pois busca alinhar as políticas de investimento de horizonte mais distante com políticas de investimentos de médio e curto prazo, a partir da sua dimensão estratégica.

A Figura 3 a seguir ilustra a estrutura do PPA atualmente em vigor na Economia:

Plano Plurianual (PPA) - ECONOMIA

Eixo estratégico: Goiás da Gestão Responsável e Transformadora

Indicador: Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP - Brasil) - Posição em 2024:



Objetivo Estratégico: Atendimento de Excelência

Programa: Goiás da Gestão Transformadora

INICIATIVAS:



AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA QUALIDADE DAS FINANÇAS, DO PLANEJAMENTO E DO GASTO PÚBLICO



AUMENTO DA ARRECADAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL



INSTITUCIONALIZAÇÃO, AUTOMATIZAÇÃO E APARELHAMENTO DA SECRETARIA

ENTREGAS:

PLANO ESTADUAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO ELABORADO

SOLUÇÃO PARA ESTRUTURAÇÃO DO SIPOFE IMPLANTADA

FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRANSITO MODERNIZADA

GESTÃO DA INICIATIVA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO IMPLANTADA

SERVIÇOS PARA MODERNIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA

METAS:

2024	2025	2026	2027	TOTAL
0	1	0	0	1
0	2	2	2	2
30%	40%	20%	10%	100%
Meta simbólica				
Sob demanda				

Legenda: Iniciativa de Inovação Iniciativa de Continuidade Entrega de Produto Entrega de Serviço

Figura 3. Estrutura do Plano Plurianual - PPA da Secretaria da Economia para 2024-2027

O alinhamento do Plano Estratégico Institucional da Economia ao Plano Plurianual - PPA 2024-2027 está demonstrado na Figura 4 a seguir.



Figura 4. Alinhamento do Plano Estratégico Institucional da Economia ao Plano Plurianual - PPA 2024-2027

1.5. Premiações e destaques

Os resultados alcançados pela Secretaria de Estado da Economia de Goiás em 2024 foram amplamente reconhecidos em âmbito estadual e nacional, refletindo o compromisso contínuo com a excelência na gestão pública, a inovação nos serviços e a transparência institucional. As premiações recebidas evidenciam a solidez das práticas adotadas, a qualidade da informação contábil e fiscal, o pioneirismo tecnológico e a aderência a padrões éticos elevados.

- **1º lugar no Prêmio Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).** Com o melhor desempenho nacional, Goiás alcançou nota "A" e um total de 99,81% de pontuação. É a primeira vez que um Estado lidera o ranking por dois anos seguidos.

- **2ª lugar no 29º Prêmio Tesouro Nacional de Finanças Públicas.**

- **1º lugar com o aplicativo Nota Fiscal Fácil NFF no Prêmio Tributare.** Com o projeto, pelo celular é possível emitir o documento, de forma gratuita, sem a necessidade de se deslocar uma unidade fazendária. O aplicativo nacional da nota Fiscal Fácil, desenvolvido por Goiás, já facilita a vida de 15 mil produtores rurais, pessoas físicas de 13 estados e do Distrito Federal.

- O **aplicativo do NFF** também foi **premiado pelo Prêmio CONIP de Excelência em Gestão Pública**, que reconhece as melhores iniciativas que utilizam a tecnologia da informação para inovação e melhoria dos serviços públicos.

- **Selo Diamante no Prêmio Goiás Mais Transparente**, que avalia a metodologia de transparência ativa desenvolvida pela CGE de conformidade das páginas de acesso à informação, observando as normas nacionais e estaduais de transparência, bem como as diretrizes estabelecidas pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON.

- **Selo Prata nos Prêmios de Ética e Responsabilidade do Programa de Compliance Público** que promove a internalização de princípios e valores éticos próprios da Administração Pública e no desenvolvimento de atividades focadas na atuação responsável, em conformidade com os padrões éticos, morais e legais.

- **Selo Prata no Prêmio Governança, que integra o Programa de Compliance Público (PCP).**

- A Secretaria da Economia recebeu a **certificação da Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE)** em reconhecimento às conquistas no Programa de Compliance

Público (PCP) de 2024, que promove a internalização de princípios e valores éticos próprios da Administração Pública e no desenvolvimento de atividades focadas na atuação responsável, em conformidade com os padrões éticos, morais e legais.



Figura 5. Prêmios conquistados pela Secretaria da Economia em 2024

1.6. Principais indicadores

- **Índice de Solidez Fiscal:** Mede a capacidade do Estado de equilibrar receitas e despesas, garantindo sustentabilidade fiscal. Goiás manteve-se entre os 10 melhores estados no ranking nacional (9º em 2024), refletindo a gestão eficiente das finanças públicas. Esse desempenho garantiu estabilidade fiscal, permitindo investimentos contínuos em áreas prioritárias como saúde, educação e infraestrutura.

- **Índice de Liquidez:** Avalia a capacidade do Estado de honrar compromissos financeiros de curto prazo. Em 2024, Goiás alcançou o 1º lugar em Índice de Liquidez no Ranking de Competitividade dos Estados, refletindo uma administração eficiente dos recursos públicos e maior previsibilidade na execução de despesas. A gestão responsável garantiu que pagamentos de fornecedores e execução de projetos fossem realizados sem atrasos, beneficiando diretamente a economia local e a qualidade dos serviços ofertados.

- **Incremento de Arrecadação:** Goiás registrou um crescimento expressivo na arrecadação tributária total, com aumento de 15,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado demonstra a eficácia das políticas de arrecadação e fiscalização implementadas pela Secretaria da Economia, o que abriu as portas para novos investimentos em infraestrutura e políticas públicas, capazes de promover desenvolvimento socioeconômico e melhoria na qualidade de vida da população.

- **Dívida e Estoque da Dívida:** Goiás conseguiu reduzir o estoque da Dívida Ativa Estadual em aproximadamente R\$ 21 bilhões. Essa redução representa um esforço significativo para garantir maior equilíbrio fiscal. A diminuição da dívida reduz o comprometimento financeiro futuro, criando espaço para ações governamentais em áreas prioritárias e evitando sobrecarga fiscal para as próximas gerações.

- **Créditos recuperados:** Foram recuperados R\$ 2,47 bilhões em créditos tributários em 2024. A recuperação desses valores amplia a disponibilidade de recursos ao reverter valores em atraso para os cofres públicos, aumentando a capacidade de investimento do Estado.

- **Autos de Infração:** Mais de 13.000 autos de infração foram lavrados, gerando R\$ 3,27 bilhões em créditos tributários. Esse resultado reflete o fortalecimento das ações de fiscalização e combate à sonegação fiscal, o que beneficia diretamente a população, pois a arrecadação proveniente destas ações também contribui para o aumento da disponibilidade de recursos.

- **Percentual Liquidado sobre Empenho por Exercício:** Esse indicador mede a proporção de recursos empenhados que foram efetivamente executados, refletindo maior eficiência na execução orçamentária. A Secretaria da Economia aumentou o percentual liquidado sobre os empenhos de 91,5% em 2023 para 93,7% em



2023 para 93,7% em 2024. A maior liquidação de empenhos indica que os recursos planejados foram transformados em ações concretas, assegurando a entrega de políticas públicas e serviços essenciais com mais eficiência.

2. Estrutura do PPA da Secretaria da Economia



2. Estrutura do PPA da Secretaria da Economia - Exercício 2024

O PPA da Secretaria da Economia, exercício 2024, seguiu a estrutura do diagrama de fluxo do PPA 2024-2027

(Figura 6 abaixo), apresentado no Manual Técnico do PPA 2024-2027.

DIAGRAMA DE FLUXO DO PPA 2024-2027

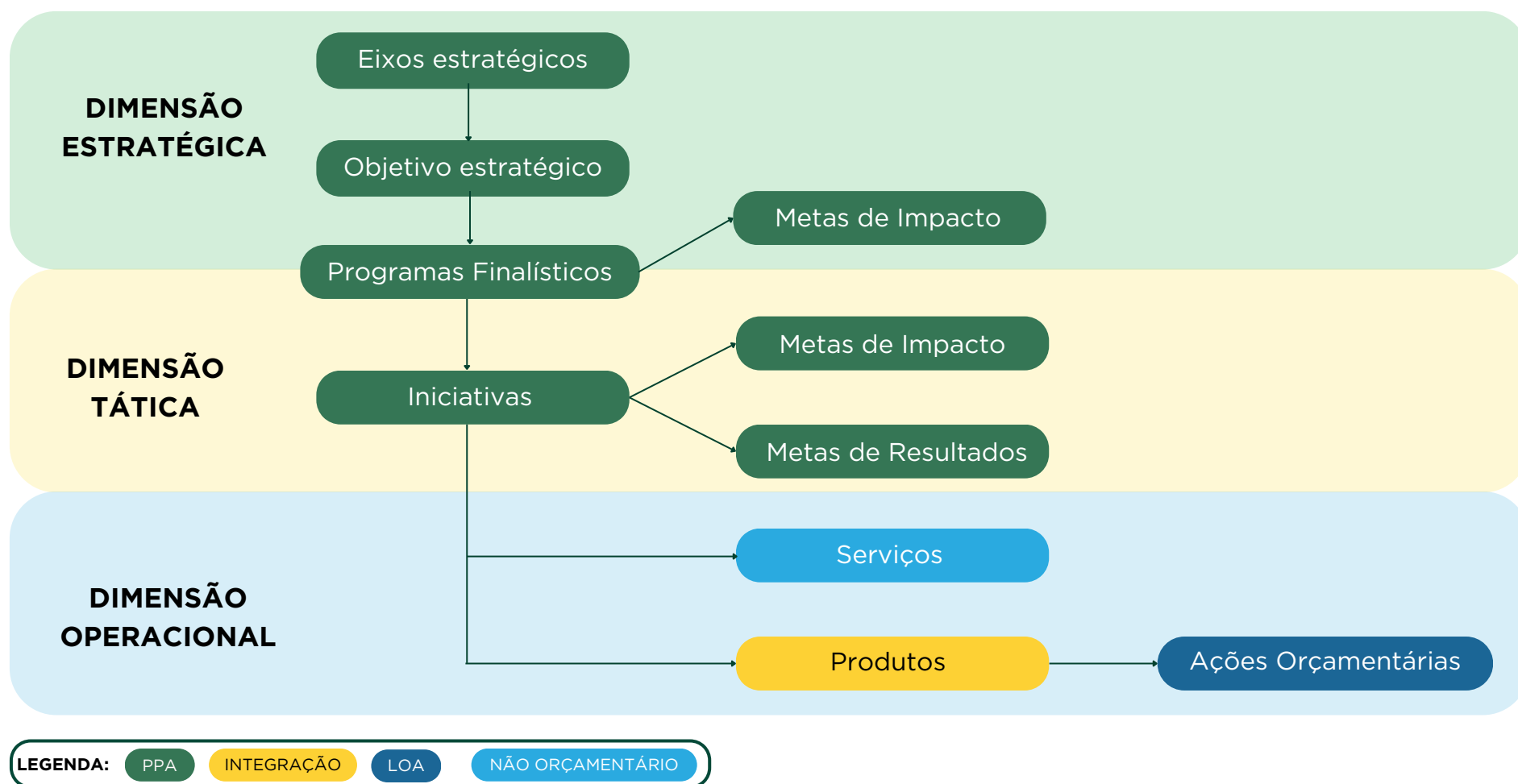


Figura 6. Diagrama de Fluxo do PPA
Fonte: Manual técnico do PPA 2024-2027(adaptado)

ESTRUTURA DO PPA 2024-2027 - ECONOMIA

Eixo

GOIÁS DE GESTÃO RESPONSÁVEL E TRANSFORMADORA

Objetivo Estratégico

ATENDIMENTO DE EXCELÊNCIA

Unidade Orçamentária

1701 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA

Programa

1048 - GOIÁS DA GESTÃO TRANSFORMADORA

Iniciativa

10163 - INSTITUCIONALIZAÇÃO, AUTOMATIZAÇÃO E APARELHAMENTO DA SECRETARIA

Entregas

19155 - GESTÃO DA INICIATIVA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO IMPLANTADA

19180 - SERVIÇOS PARA MODERNIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA ECONOMIA

Iniciativa

10007 - AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA QUALIDADE DAS FINANÇAS, DO PLANEJAMENTO E DO GASTO PÚBLICO

Entregas

18626 - PLANO ESTADUAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO ELABORADO

19179 - SOLUÇÃO PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TESOURO IMPLANTADA

Iniciativa

10033 - AUMENTO DA ARRECADAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Entrega

18167 - FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO MODERNIZADA

3. Demonstrativo da Execução Físico-Financeira das Iniciativas dos Programas do PPA - Exercício 2024



3.1. Programa: Goiás da Gestão Transformadora (1048)

O programa compreende iniciativas para melhoria da eficiência do Estado, por meio de modernização da infraestrutura, melhoria da integração entre órgãos estaduais, formação de redes para operacionalizar sistemas estruturantes de governo, como os de planejamento, arrecadação e controle orçamentário e financeiro.

3.1.1. Resultado esperado

Gestão pública inteligente e integrada, em consonância com as ferramentas tecnológicas e procedimentais contemporâneos.

EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DAS INICIATIVAS DO PROGRAMA:

Iniciativa	Entrega/Unidade	Metas Físicas		Eficácia Física por Entrega (c=b/a)	Ação	Metas Financeiras (em reais)		Taxa de Liquidação da ação (g=f/e)	Eficácia Física por Iniciativa (d)	Taxa de Liquidação da iniciativa (h=f/e)	Eficiência (h=d/h)
		Prevista (a)	Realizada (b)			Dotação Autorizada (e)	Saldo Liquidado (f)				
10007 - AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA QUALIDADE DAS FINANÇAS, DO PLANEJAMENTO E DO GASTO PÚBLICO	18626 - PLANO ESTADUAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO ELABORADO (PRODUTO SIOFI / UNIDADE)	0,0	0,0	0,00%	3248 - ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO	20.000,00	0,00	0,00%	0,00%	23,76%	0,0
	19179 - SOLUÇÃO PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TESOURO IMPLANTADA (PRODUTO SIOFI / UNIDADE)	0,0	0,0	0,00%	3249 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ESTRUTURADOR DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS	2.657.000,00	636.028,98	23,94%			
10033 - AUMENTO DA ARRECADAÇÃO E MODERNIZAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL	18167 - FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO MODERNIZADA (PRODUTO SIOFI / PERCENTUAL)	30,0	21,7	72,33%	3250 - MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO	9.676.000,00	7.291.979,07	75,36%	72,33%	75,36%	1,0
10163 - INSTITUCIONALIZAÇÃO, AUTOMATIZAÇÃO E APARELHAMENTO DA SECRETARIA	19155 - GESTÃO DA INICIATIVA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO IMPLANTADA (PRODUTO SIOFI / UNIDADE)	1,0	1,0	100,00%	2435 - MODERNIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA ECONOMIA	42.083.955,00	23.573.932,43	56,02%	100,00%	56,02%	1,8
	19180 - SERVIÇOS PARA MODERNIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA ECONOMIA (SERVIÇO / UNIDADE)		42.149,0								
TOTAL DO PROGRAMA						54.436.955,00	31.501.940,48		57,44%	57,87%	0,9

Fontes: Entrega/unidade e meta física prevista: SIPLAM (conforme disposto no Anexo Único e § 1º do Art. 12 da Lei nº 22.317, DE 18/10/2023)

3.1.2. Iniciativa: Institucionalização, Automatização e Aparelhamento da Secretaria (10163)

A secretaria da Economia tem sob sua administração, além do Complexo Fazendário, dezenas de unidades físicas e de atendimento em todo o território goiano, que na maior parte dos casos necessita de melhorias e manutenções. Os processos de área meio e também de serviços prestados não prescindem de atualizações e modernizações para que sejam devidamente institucionalizados.

Esta iniciativa engloba entregas relacionadas ao desenvolvimento e melhorias de sistemas de informática, tanto voltados para a administração quanto para o contribuinte, além de obras e aquisições necessárias ao aparelhamento e modernização da estrutura física e do parque tecnológico da Secretaria da Economia.

Resultados:

- Otimização do tempo;
- Aumento de produtividade;
- Redução de burocracia para o contribuinte;
- Alcance de maior número de contribuintes;
- Redução de custos;
- Diminuição das autuações;
- Incremento dos recolhimentos espontâneos;
- Possibilidade de aumento da arrecadação;
- Melhoria na experiência dos servidores, colaboradores e visitantes.

3.1.2.1. Entregas

19155 - GESTÃO DA INICIATIVA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO IMPLANTADA

19180 - SERVIÇOS PARA MODERNIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA ECONOMIA

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R\$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
19155 - GESTÃO DA INICIATIVA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO IMPLANTADA	1,0	1,0	21.677.167,32	42.083.955,00	23.573.932,43	2435 - MODERNIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA ECONOMIA (R\$ 23.573.932,43)
19180 - SERVIÇOS PARA MODERNIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA ECONOMIA		42.149,0		0,00		

Como um dos pilares estratégicos da Secretaria da Economia, a Inovação está integrada à Governança com o propósito de aprimorar o desempenho institucional. Nesse contexto, a inovação compreende a implementação de novas ideias, tecnologias e processos voltados à melhoria da eficiência, da transparência e da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Entre as principais práticas adotadas, destacam-se a transformação digital, o uso de inteligência artificial e *Big Data* no apoio à tomada de decisão, o fortalecimento da transparência, a aplicação de metodologias ágeis para tornar os processos mais flexíveis e responsivos, além da incorporação de princípios de sustentabilidade às iniciativas institucionais.



No que se refere às melhorias e ao desenvolvimento de sistemas finalísticos — como os fiscais, tributários, financeiros e contábeis — destacam-se importantes avanços tecnológicos. Entre eles, está a implementação do cálculo automático de imposto, com geração de documentos no ITCD Web 3.0; a transformação do processo administrativo tributário em eletrônico, por meio do PAT-e; e a criação de um sistema para seleção e organização de títulos da dívida ativa, com automação da busca por bens e endereços (Sistema de Petição de Execução Fiscal).

Também merece destaque a agilidade na liberação de mercadorias importadas, proporcionada pela integração com o sistema da Receita Federal (SISIMP); a otimização da comunicação com os contribuintes, por meio da integração entre o E-Carta e o DTe; além das melhorias nas funcionalidades de autorregularização (Autoreg) e parcelamento de débitos.

No Sistema de Contabilidade foram desenvolvidos módulos para contabilização de contas, estorno de registros e gestão de contratos da dívida pública, aperfeiçoamento dos sistemas de fluxo de caixa e da dívida pública.

No âmbito de dados e inteligência, foi planejada a aplicação de ferramentas de análise avançada, ciência de

dados, inteligência artificial e processamento de grandes volumes de dados (Big Data) em diversas soluções tecnológicas. Como parte desse processo, um dos sistemas legados — o módulo de lançamento de atestados do Sistema de RH — está sendo substituído por uma solução desenvolvida com plataformas low-code, promovendo maior agilidade e eficiência na implantação.

A modernização de sistemas de apoio e da infraestrutura de tecnologia da informação (TI) proveu o suporte necessário ao bom desempenho dos sistemas finalísticos, que ocorreu através da aquisição de equipamentos e licenças de software, além da implementação de soluções em nuvem para ferramentas de visualização de dados e gerenciamento de projetos. A conectividade foi aprimorada através da contratação de serviços baseados em uma nova tecnologia para gerenciamento de redes, otimizando o tráfego e permitindo contingência.

Também foram realizadas diversas ações relacionadas ao desenvolvimento e melhorias de sistemas de informática, (datawarehouse, business intelligence, big data e ciência de dados).

Resumidamente, foram impactados os seguintes sistemas/ferramentas:

- ITCD Web – (Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos);
- AutoReg – Sistema de Autorregularização;

- PATe - Processo Administrativo Eletrônico;
- SISIMP – Sistema de Automatização das Operações e das Auditorias de Importação;
- Gestão de Regimes Especiais - GRE - Monitoramento do ProGoiás
- Previsão e determinantes do equilíbrio fiscal para o Estado de Goiás;
- Painel de Informações Econômicas do estado de Goiás;
- Projeto SOFIA - Sistema Otimizado de Fiscalização e Auditorias;
- Novos universos de BI;
- Sustentação do ambiente de Big Data.

Foram realizadas diversas obras e aquisições para revitalização e melhoria da estrutura física e adequações necessárias à acessibilidade do Complexo da Economia:

- Reforma do Telhado dos Blocos A e B;
- Revitalização do Centro de Convivência;
- Instalação do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA);
- Revitalização do Auditório;

- Fornecimento e Instalação de Aparelhos de Ar-condicionado;
- Pavimentação e Acessibilidade do Complexo da Economia - em andamento, com 78% de avanço físico.
- Mobiliário do Auditório e Centro de Convivência.

3.1.3. Iniciativa: Ampliação da Eficiência e da Qualidade das Finanças, do Planejamento e do Gasto Público (10007)

A transparência e clareza das informações de natureza financeira da Administração Pública são pilares da democracia e da eficiência do gasto e do custeio de políticas, em geral. Para que esses princípios se concretizem na prática, é essencial uma articulação eficaz e sinérgica entre as gestões centrais e setoriais das áreas de planejamento, orçamento, tesouro e finanças, garantindo coerência, integração e efetividade na condução das políticas públicas.

No que se refere à Qualidade do Gasto Público, a Secretaria busca aumentar a eficiência no uso dos recursos, por meio do aperfeiçoamento dos processos de planejamento, execução e avaliação do gasto, contribuindo para a melhoria dos serviços aos cidadãos e aumento dos investimentos.

Neste contexto, o aprimoramento da gestão fiscal e financeira do Estado surgiu como resposta à necessidade de reverter o cenário de profundo desequilíbrio das contas públicas observado em 2019. Diante dessa realidade,

tornou-se imperativo adotar medidas estruturantes capazes de restabelecer o equilíbrio entre receitas e despesas. A partir desse esforço, a administração pública de Goiás tem se concentrado em assegurar a sustentabilidade das finanças estaduais no longo prazo, preservar a capacidade de investimento, garantir a continuidade e a qualidade dos serviços públicos e honrar os compromissos firmados com a sociedade goiana.

• CAPAG

A CAPAG é um indicador utilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para avaliar a saúde fiscal de estados e municípios brasileiros e leva em consideração os 3 indicadores a seguir.

Com base nesses indicadores, os estados e municípios recebem uma nota que pode ser:

- A (boa capacidade de pagamento);
- B (capacidade intermediária);
- C (capacidade fraca);
- D (incapacidade de pagamento).

Desde 2019 o Estado de Goiás tem passado por uma transformação fiscal significativa, que se reflete diretamente nas notas da CAPAG e dos demais iniciadores que a compõem, conforme a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1. Notas da CAPAG, Endividamento, Poupança Corrente e Liquidez Relativa de 2019 a 2024.

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Meta 2024
Endividamento (DC)	92,37	84,05	86,11	73,01	66,02	68,99	60,00
	B	B	B	B	B	B	
Poupança Corrente (PC)	96,26	98,06	95,96	92,70	87,59	87,10	85,00
	C	C	C	B	B	B	
Liquidez (IL) Liquidez Relativa	-1021,89	298,34	248,73	11,26	9,88	15,44	>5,00
	C	C	C	A	A	A	
NOTA FINAL	C	C	C	B	B	B	

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - RGF, Balanços anuais, Demonstrativos de Contas Anuais e os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO

Ao longo de 2024, Goiás seguiu implementando políticas de equilíbrio fiscal e controle das despesas públicas, mantendo uma trajetória positiva nos principais indicadores da CAPAG. O indicador de liquidez apresentou melhoria significativa, enquanto o endividamento e a poupança corrente se mantiveram dentro dos parâmetros aceitáveis. Apesar da evolução, a metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional - STN manteve Goiás com nota "C", mesmo com indicadores compatíveis com "B+".

A adesão ao Regime de Recuperação Fiscal - RRF pelo Estado de Goiás teve como objetivo principal reequilibrar as contas estaduais, revertendo a situação de grave desequilíbrio observada desde 2019 e, por sua vez, garantir a sustentabilidade fiscal a longo prazo. A adesão representou um esforço do Governo Estadual para implementar medidas de ajuste fiscal rigorosas e gradativas.

A Tabela 2 a seguir demonstra o resultado de acompanhamento dos limites de gastos da Lei Complementar nº 159/2017, que instituiu o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

Tabela 2. Resultado de acompanhamento dos limites de gastos da LC nº 159/2017

Despesas Primárias Apuradas Conforme O Inciso V Do § 1 Do Artigo 2º Da Lc 159/17	2021 Ano-base	2022	2023	2024
DESPESAS PRIMÁRIAS (I)	26.349.970.819	27.905.237.535	29.350.803.501	31.646.626.382
Pessoal e Encargos Sociais	14.364.359.213	16.403.440.461	18.150.346.273	19.234.782.775
Outras Despesas Correntes	9.624.286.059	11.264.716.614	10.948.078.587	12.191.042.524
Investimentos	4.167.868.911	2.282.323.225	3.071.552.216	3.044.984.389
Inversões Financeiras (primárias)	160.825.609	25.315.514	29.682.347	81.007.551
(-) Despesas Correntes Intra-orçamentárias	1.180.695.119	1.206.930.812	1.284.304.142	1.415.889.633
(-) Despesas correntes primárias custeadas por empresas estatais consideradas não dependentes no ano base para apuração do limite de despesas				
(-) Despesas decorrentes de decisão judicial	786.673.853	863.627.467	1.564.551.781	1.489.301.224
(-) Devoluções de recursos de depósitos judiciais e administrativos				
(-) Recomposição de fundos de reserva de depósitos administrativos e judiciais				
DEDUÇÕES DA DESPESA (II)	1.200.128.605	1.465.390.480	2.182.772.935	2.950.927.158
Transferências Constitucionais para Municípios				
Custeadas com as transferências da União com aplicações vinculadas	1.189.115.918	1.019.711.820	1.479.662.909	1.445.955.880
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada				
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais				
Realizadas pelo ente em razão de eventual diferença positiva entre a variação anual das bases de cálculo das aplicações mínimas de que tratam o § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal e a variação do IPCA no mesmo período, conforme estabelecido no § 2º		433.328.736	690.375.754	1.486.007.406
Investimentos dos Fundos Públicos Especiais instituídos pelo Poder Judiciário, pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo Tribunal de Contas dos Municípios, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública e pela Procuradoria-Geral do Estado (ADI 6930)	11.012.688	12.349.923	12.734.272	18.963.872
DESPESAS PRIMÁRIAS APURADAS CONFORME O INCISO V DO § 1 DO ARTIGO 2º DA LC 159/17 (III)	25.149.842.213	26.439.847.055	27.168.030.565	28.695.699.224
DESPESAS PRIMÁRIAS A PREÇOS DE 2021 (IV)		24.993.925.257	24.547.882.157	24.733.304.285
RESULTADO (V) = (III) - (IV)		155.916.956	601.960.056	416.537.928
Número-Índice IPCA (Dez/1992 = 1,00)	6120,0400	6474,0900	6773,2700	7100,5000

Fonte: Própria - Subsecretaria do Tesouro Estadual - 2025

Em 2024, o Poder Executivo do Estado de Goiás cumpriu integralmente as metas fiscais estabelecidas pelo RRF, conforme previsto no inciso V do §1º do artigo 2º da LC nº 159/2017. As despesas primárias ajustadas totalizaram R\$ 33,70 bilhões, enquanto o limite corrigido pelo IPCA permitia um gasto de R\$ 29,05 bilhões a preços de 2021. O resultado final ficou R\$ 38,68 milhões abaixo do teto, evidenciando um controle rigoroso da execução orçamentária e o esforço fiscal para manter as contas dentro dos limites estabelecidos. Esse desempenho foi alcançado apesar do crescimento das despesas com

pessoal e encargos sociais, que somaram R\$ 24,73 bilhões, e do aumento das outras despesas correntes, que atingiram R\$ 13,97 bilhões, refletindo a necessidade contínua de equilíbrio entre despesas obrigatórias e capacidade fiscal do Estado.

A Tabela 3 abaixo demonstra o resultado de acompanhamento dos limites de gastos da Lei Complementar nº 156/2016, que institui o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal.

Tabela 3. Resultado de acompanhamento dos limites de gastos da LC nº 156/2016

Despesas Primárias Correntes Apuradas Conforme O Arts. 4º E 4-A, Inc. Iii, Da Lc 156/16	2020 Ano-base	2021	2022	2023
DESPESAS PRIMÁRIAS (I)	19.446.964.151	21.970.863.337	25.311.480.467	25.905.770.452
Pessoal e Encargos Sociais	13.850.008.035	14.364.359.213	16.403.440.461	18.150.346.273
Outras Despesas Correntes	7.356.371.153	9.624.286.059	11.264.716.614	10.948.078.587
(-) Despesas Correntes Intra-orçamentárias	1.173.556.266	1.051.680.359	1.204.557.106	1.281.984.200
(-) Despesas correntes primárias custeadas por empresas estatais consideradas não dependentes no ano base para apuração do limite de despesas		187.767.389	294.642.003	362.987.660
(-) Despesas decorrentes de decisão judicial	585.858.772	778.334.187	857.477.499	1.547.682.548
(-) Devoluções de recursos de depósitos judiciais e administrativos				
(-) Recomposição de fundos de reserva de depósitos administrativos e judiciais				
DEDUÇÕES DA DESPESA (II)	954.535.304	2.580.786.687	2.936.039.408	3.782.786.101
Transferências Constitucionais para Municípios				
Contribuições para o PIS/PASEP	303.013.173	361.471.890	373.704.151	414.624.332
Custeadas com as transferências da União com aplicações vinculadas	651.522.131	851.696.600	682.270.341	1.164.193.407
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada				
Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais				
Realizadas pelo ente em razão de eventual diferença positiva entre a variação anual das bases de cálculo das aplicações mínimas de que tratam o § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal e a variação do IPCA no mesmo período, conforme estabelecido no § 2º		1.367.618.197	1.880.064.917	2.203.968.362
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES APURADAS CONFORME O ARTS. 4º E 4-A, INC. III, DA LC 156/16 (III) = (I) - (II)	18.492.428.847	19.390.076.650	22.375.441.059	22.122.984.351
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES A PREÇOS DE 2020 (IV)		17.617.575.427	19.218.245.931	18.162.105.682
SOMATÓRIO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS DE 2021 A 2023 A PREÇOS DE 2020 (V) = Soma (IV)		54.997.927.040		
TRÊS VEZES VALOR DA BASE DE CÁLCULO (VI) = 3 * (III)a		55.477.286.540		
RESULTADO (V) = (III) - (IV)		479.359.500		
Número-Índice IPCA (Dez/1992 = 1,00)	5560,5900	6120,0400	6474,0900	6773,2700

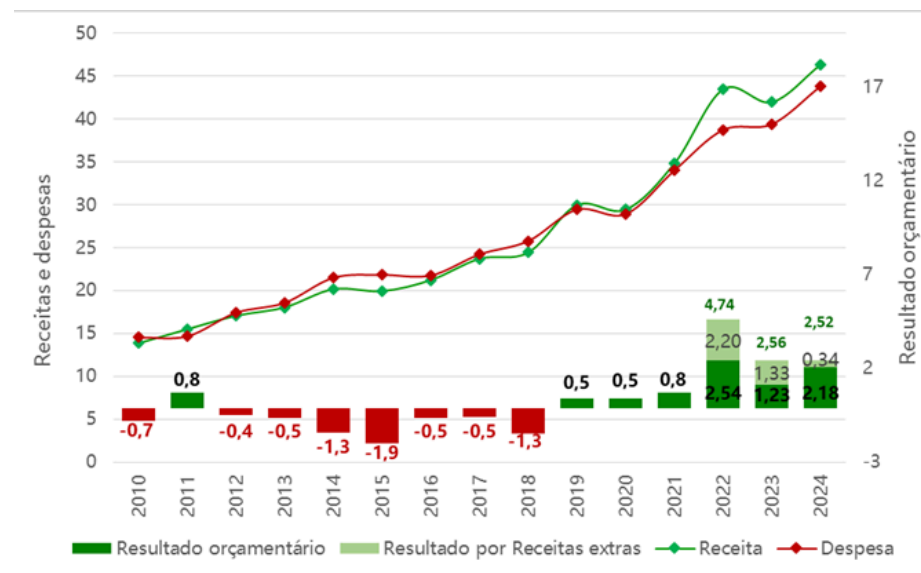
Fonte: Própria - Subsecretaria do Tesouro Estadual - 2025

Para viabilizar esse resultado, a gestão financeira adotou um planejamento rigoroso na programação e priorização dos gastos, garantindo que a execução orçamentária estivesse alinhada às diretrizes fiscais do RRF. Houve um aumento expressivo nas deduções da despesa primária, totalizando R\$ 5,11 bilhões, o que contribuiu para a compatibilização dos gastos com o teto. Destacam-se as transferências constitucionais custeadas com recursos vinculados da União (R\$ 1,44 bilhões) e os investimentos dos Fundos Públicos Especiais (R\$ 2,17 bilhões), que influenciaram na redução do montante das despesas primárias apuradas. O resultado alcançado em 2024 demonstra a continuidade do esforço fiscal do Estado, garantindo a sustentabilidade financeira e reforçando o compromisso com a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, mesmo diante das pressões crescentes sobre a despesa pública.

O Gráfico 1 demonstra a correlação entre a receita, a despesa, o resultado orçamentário e o resultado por receitas extras e sua evolução desde 2010 até 2024.

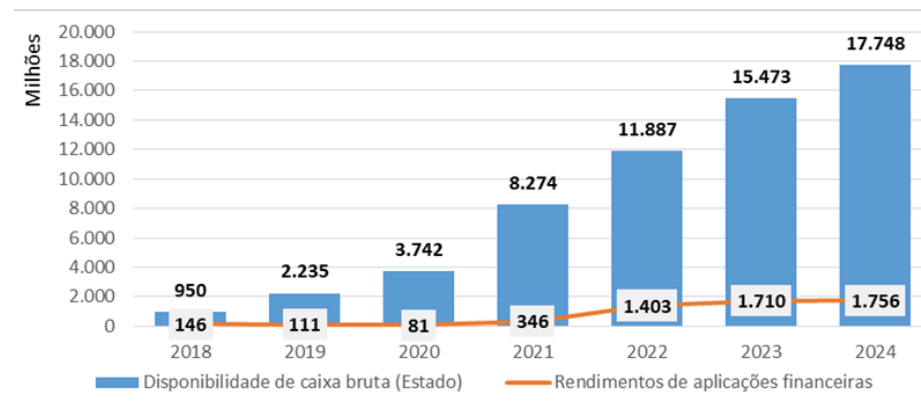
O Gráfico 2 demonstra a evolução da disponibilidade de caixa bruta do Estado de Goiás em relação aos rendimentos de aplicações financeiras desde 2018 até 2024.

Gráfico 1. Receita X Despesa X Resultado Orçamentário X Resultado de Receitas Extras



Fonte: Própria - Subsecretaria do Tesouro Estadual - 2025

Gráfico 2. Disponibilidade de Caixa Bruta X Rendimentos de Aplicações Financeiras



Fonte: Própria - Subsecretaria do Tesouro Estadual - 2025

● Ranking SICONFI

A aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), assegura a fidedignidade das informações. Isso garante a qualidade e a confiabilidade das informações contábeis, permitindo uma análise precisa e transparente da situação patrimonial, financeira e econômica do Estado de forma precisa e transparente.

Desde a implementação do Ranking SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), Goiás avançou significativamente, subindo 18 posições no ranking da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que avalia a transparência, qualidade e consistência dos dados contábeis e fiscais. Em 2019, o Estado obteve a Nota B e ficou na 19ª posição, mas, em 2022 e 2023, consolidou sua liderança nacional ao conquistar a 1ª posição por dois anos consecutivos, se tornando uma referência nacional na precisão e transparência das informações fiscais e contábeis.

Em 2024, o Estado de Goiás alcançou a 1ª posição no Ranking entre os Estados brasileiros, mantendo a liderança por dois anos consecutivos, alcançando uma pontuação recorde de 99,81% e consolidando a Secretaria da Economia como referência nacional em transparência e precisão na gestão fiscal, conforme pode-se visualizar na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4. Ranking de Qualidade da Informação Contábil da STN

Ano	Metas	Posição	Pontuação	Nota
2020	Nota B. (base de dados 2019)	19ª	85,40%	B
2021	Atingir 90% das verificações do ranking Nota B. (base de dados 2020)	7ª	92,90%	A
2022	Atingir 95% das verificações do ranking Nota A. (base de dados 2021)	5ª	96,35%	A
2023	Atingir 97% das verificações do ranking Nota A. (base de dados 2022)	1ª	99,46%	A
2024	Atingir 99% das verificações do ranking Nota A. (base de dados 2023)	1ª	99,81%	A

Fonte: https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/ranking_estados



Figura 7. Premiação do Ranking de Qualidade da Informação Contábil da STN

34

O ranking incentiva os órgãos estaduais a aprimorarem sua gestão orçamentária, promovendo uma cultura de monitoramento contínuo, ajustes tempestivos e maior previsibilidade na execução dos recursos públicos. A adoção de medidas estratégicas para otimizar a aplicação dos recursos refletiu diretamente na melhoria dos indicadores de execução, permitindo uma gestão mais eficiente e equilibrada.

Embora tenha sido instituído ao final de 2024, o ranking consolidou informações de 2019 até 2024. Com isso, foi possível apurar a nota média, de acordo com os critérios estabelecidos, para todos os anos da avaliação. A partir dessa abordagem, foi possível verificar um avanço considerável em 2024 em relação aos anos anteriores, conforme demonstrado na Tabela 5 seguir:

Tabela 5. Nota média dos órgãos no Ranking de Execução Orçamentária e Financeira

Exercício	Nota Geral
2019	7,95
2020	7,03
2021	6,94
2022	8,03
2023	7,63
2024	8,31

Fonte: Própria - Subsecretaria Central de Orçamento - 2025

3.1.3.1. Entregas

18626 - PLANO ESTADUAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO ELABORADO

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R\$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18626 - PLANO ESTADUAL DE MÉDIO E LONGO PRAZO ELABORADO	0,0	0,0	0,00	20.000,00	0,00	3248 - ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL
						DE MÉDIO E LONGO PRAZO (R\$ 0,00)

Resultado:

Houve redirecionamento superior pela nova gestão, o que justifica o fato de não ter sido executado.

19179 - SOLUÇÃO PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TESOIRO IMPLANTADA

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R\$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
19179 - SOLUÇÃO PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TESOIRO IMPLANTADA	0,0	0,0	68.000,00	2.657.000,00	636.028,98	3249 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ESTRUTURADOR DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS (R\$ 636.028,98)

Observação:

A entrega 19179 - SOLUÇÃO PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TESOIRO IMPLANTADA passará por revisão, tão logo seja iniciado o período para adequações no PPA.

Resultados:

O Programa de Reestruturação da Rede SIPOFE visa aperfeiçoar os processos de trabalho e a governança da Rede SIPOFE, promovendo maior eficiência e integração nas áreas de Planejamento, Orçamento e Finanças. O programa engloba projetos que buscam atualizar normativas, mapear competências e processos, e capacitar servidores. Embora o programa não tenha um orçamento específico destinado a ele, seus projetos foram estruturados para maximizar os resultados com os recursos disponíveis. Dentre os cinco projetos previstos, foi executado o Projeto Reestruturação SIPOFE 2024, focado na modernização e revisão estrutural da rede.

A implementação, ainda que parcial, do Programa de Reestruturação da Rede SIPOFE já trouxe avanços significativos em relação à transversalidade, colaboração e integração entre os servidores das áreas de planejamento, orçamento e finanças. Isso propiciou trocas de experiências, maior alinhamento das práticas, maior uniformidade na execução das atividades e uma comunicação mais efetiva entre os setores, repercutindo, pontualmente, em impactos positivos no planejamento e gestão dos recursos orçamentários e financeiros.

Avanços em 2024:

- Relatório Diagnóstico da Rede: Entregue em outubro, fornecendo uma análise detalhada do estado atual e das oportunidades de aprimoramento;

- Revisão de Processos: Atualização dos procedimentos de concessão e avaliação das gratificações da Rede, para maior conformidade e eficiência;
- Revisão do Arcabouço Legal: Alterações no Decreto nº 10.289/2023 e na Portaria nº 125/2024, promovendo um alinhamento regulatório mais robusto.
- Eventos de Integração: Ações de engajamento que fortaleceram a sinergia entre as unidades da Rede SIPOFE.

• Matriz de Insumo-Produto (MIP) de Goiás

A Matriz de Insumo-Produto (MIP) realiza uma análise completa da estrutura produtiva da economia. Concluída em 2024, a MIP de Goiás é um instrumento fundamental para mapear as interações econômicas dos setores produtivos do estado, subsidiando decisões estratégicas, pois fornece aos formuladores de políticas públicas informações relativas aos impactos de determinadas políticas que afetam o uso de recursos produtivos ou alteram as demandas setoriais de produtos.

Os resultados do convênio foram considerados satisfatórios e a ferramenta foi avaliada como um importante instrumento de geração de informação tanto para o público interno quanto para o externo, com impacto direto nas tomadas de decisões. No entanto, como a ferramenta foi entregue no final do ano de 2024, não foi possível mapear os impactos dos resultados de sua utilização.

Destaques da implementação:

- Produtos entregues (definidos no convênio): 11 (onze) relatórios parciais e 1(um) relatório final, acompanhados por reuniões técnicas com especialistas e gestores estaduais;
- Capacitação: Treinamento de 50 servidores das áreas de planejamento, receita e tesouro para utilizar a MIP-GO em análises e decisões;
- Ferramenta reconhecida pela alta gestão da Economia como essencial para a tomada de decisões estratégicas e a formulação de políticas públicas eficazes.

3.1.4. Iniciativa: Aumento da Arrecadação e Modernização Tributária Estadual (10033)

Da legislação tributária e da atividade econômica decorrem uma expectativa de arrecadação, mas na prática ela não é integralmente recolhida. Por isso é decisivo o esforço da Administração para o aprimoramento do controle, da fiscalização e da inteligência em tributação.

A iniciativa de Aumento da Arrecadação e Modernização Tributária Estadual engloba principalmente projetos de desenvolvimento e aprimoramento de soluções tecnológicas voltadas para a inteligência seletiva da fiscalização de trânsito e de melhoria da estrutura física de Delegacias Regionais de Fiscalização e Postos Fiscais. Os projetos relacionados a este programa têm como principal objetivo o estabelecimento da equidade fiscal, possibilitando que haja uma justa concorrência

mercadológica no que tange aos tributos estaduais, além de garantir a justa arrecadação que dá suporte aos programas de estado e de governo para a melhoria de vida da população do Estado.

A Secretaria da Economia avançou significativamente na modernização da administração tributária em 2024, com foco na desburocratização de serviços para o contribuinte, na redução da litigiosidade, no planejamento fiscal e na eficiência da fiscalização, com impactos diretos no aumento da arrecadação e redução da inadimplência.

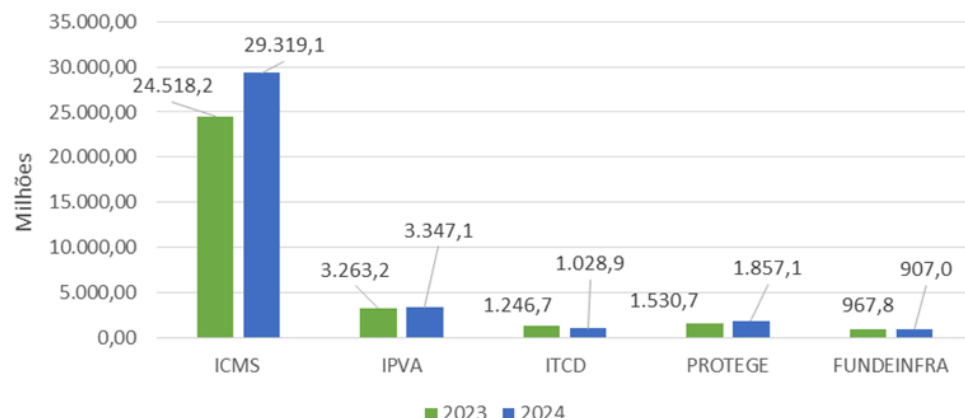
Conforme demonstrado na Tabela 6 e no Gráfico 3 a seguir, a arrecadação total acumulada das Receitas Estaduais (ICMS, IPVA, ITCD e Contribuições para o Fundo PROTEGE) atingiu, no período de janeiro a dezembro de 2024, o valor de R\$ 36.459,17 milhões, registrando acréscimo de 15,65% em relação ao mesmo período de 2023, com variação positiva nominal de R\$ 4.932,58 milhões.

Tabela 6. Arrecadação da Receita Tributária Total 2023 x 2024

Arrecadação da Receita Tributária Total (2024 x 2023) - em R\$			
Receita	Arrecadação (2023)	Arrecadação (2024)	Variação Percentual
ICMS	24.518.246.970,52	29.319.057.741,21	19,58%
IPVA	3.263.207.333,59	3.347.144.342,33	2,57%
ITCD	1.246.718.714,79	1.028.857.012,84	-17,47%
PROTEGE	1.530.655.936,02	1.857.086.595,38	21,33%
FUNDEINFRA	967.769.554,72	907.029.736,36	-6,28%
Total	31.526.598.509,64	36.459.175.428,12	15,65%

Fonte: Própria - Subsecretaria da Receita Estadual

Gráfico 3. Arrecadação da Receita Tributária Total



Fonte: Própria - Subsecretaria da Receita Estadual

No que se refere ao cumprimento das metas estabelecidas, a arrecadação total de 2024 superou em 10,35% a prevista na LOA (Lei Orçamentária Anual), conforme se verifica na Tabela 7 a seguir.

Tabela 7. Receita Tributária prevista na LOA 2024 x Receita Realizada.

Receita Tributária prevista na LOA 2024 x Receita Realizada.				
Receita	Arrecadação Prevista (jan-dez/24) LOA 2024 (R\$)	Arrecadação Realizada (jan-dez/24) (R\$)	Diferença (R\$)	Diferença Percentual (%)
ICMS	25.779.909.589,16	29.319.057.741,21	3.539.148.152,05	13,73%
IPVA	3.311.254.765,17	3.347.144.342,33	35.889.577,16	1,08%
ITCD	1.140.400.762,35	1.028.857.012,84	-111.543.749,51	-9,78%
PROTEGE	1.670.071.154,37	1.857.086.595,38	187.015.441,01	11,20%
FUNDEINFRA	1.138.827.806,52	907.029.736,36	-231.798.070,16	-20,35%
TOTAL	33.040.464.077,57	36.459.175.428,12	3.418.711.350,55	10,35%

Fonte: Própria - Subsecretaria da Receita Estadual

Não obstante o desempenho satisfatório observado no exercício de 2024, caracterizado por uma arrecadação que superou as projeções iniciais, é importante relatar os fatores determinantes para essa discrepância positiva entre os valores projetados e realizados. Após a finalização do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2024, em julho de 2023, foram promulgados diversos diplomas legais e alterações normativas que impactaram positivamente a arrecadação do exercício subsequente. Tais modificações não puderam ser incorporadas às projeções originárias, uma vez que estas medidas foram implementadas pelo poder executivo apenas após a conclusão das estimativas. Em decorrência deste fato, a arrecadação efetiva de 2024 divergiu das projeções iniciais em magnitude superior ao historicamente observado, evidenciando o impacto substancial das novas legislações na dinâmica fiscal do Estado. São elas:

- Programa Negocie Já (Leis nºs 22.571/2024 e 22.572/2024, que instituíram medidas facilitadoras para os contribuintes negociarem seus débitos de IPVA, ITCD e ICMS): Implementado a partir de abril de 2024, o programa resultou em uma arrecadação adicional de R\$ 1,258 bilhão referente ao ICMS, R\$ 274 milhões ao IPVA e R\$ 168 milhões ao ITCD.
- Alteração da alíquota modal do ICMS: A majoração da alíquota de 17% para 19%, vigente a partir de abril de 2024, proporcionou um impacto positivo estimado em R\$ 882 milhões na arrecadação do ICMS. A respectiva autorização legislativa (Lei nº 22.460/23) foi publicada em dezembro de 2023.

- Atualização da alíquota ad rem dos combustíveis (Lei nº 22.422, de 29/11/23): Esta alteração, com vigência a partir de fevereiro de 2024, resultou em um acréscimo de receita estimado em R\$ 611 milhões no exercício.
- Adesão do Estado de Goiás ao Programa Remessa Conforme da Receita Federal do Brasil (Decreto nº 10.350, de 25/11/23): Esta medida abrangeu a tributação de importações submetidas ao Regime Tributário Simplificado, com repercussões financeiras iniciadas em novembro de 2023 e intensificadas a partir de abril de 2024.

Com relação ao Fundo Estadual de Infraestrutura (FUNDEINFRA), verificou-se uma frustração de receita decorrente da quebra de safra registrada em Goiás durante o primeiro semestre de 2024. Considerando que a soja constitui o principal produto gerador de recursos para o fundo, a arrecadação efetiva resultou inferior à projetada.

A Recuperação de Créditos Tributários em 2024 apresentou um recorde histórico de arrecadação, superando, de maneira inédita, os 2 bilhões de reais. A arrecadação vinculada à recuperação de créditos vem crescendo consistentemente a cada exercício e, em termos de valores absolutos, em 2024, somou o montante de R\$ 2.465.880.729,13 (dois bilhões, quatrocentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e oitenta mil, setecentos e vinte e nove reais e treze centavos).

A decomposição da forma de pagamento dos créditos recuperados, historicamente, com e sem anistia fiscal,

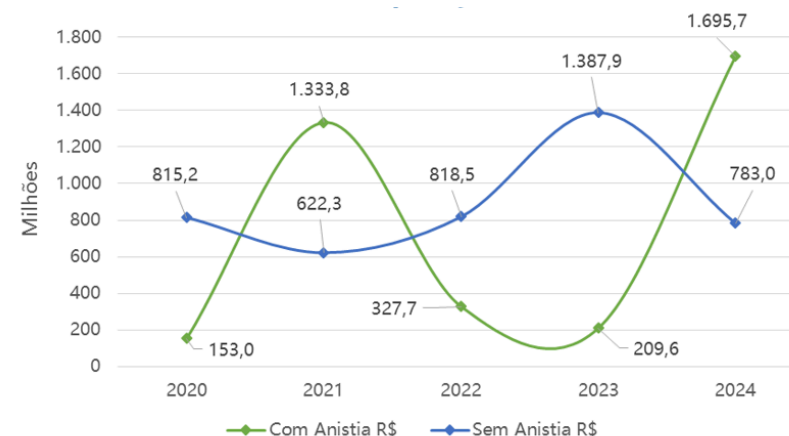
evidencia que, em exercícios em que há Programa de Especial de Recuperação de Crédito, como em 2021 (Lei nº 20.966/2021) e 2023 (Leis nºs 22.571/2024 e 22.572/2024), existe grande adesão por parte dos contribuintes, que utilizam a anistia concedida para regularizar seus débitos para com a Fazenda pública estadual. Tal fato se evidencia na Tabela 8 e no Gráfico 4 a seguir (valores atualizados pelo IPCA):

Tabela 8. Histórico da recuperação de créditos

Histórico da recuperação de créditos (atualizado IPCA)			
	Com Anistia (R\$)	Sem Anistia (R\$)	Total Geral (R\$)
2020	153.040.195,15	815.166.889,14	968.207.084,29
2021	1.333.842.089,33	622.313.742,98	1.956.155.832,31
2022	327.726.780,12	818.508.944,95	1.146.235.725,07
2023	209.559.978,85	1.387.914.834,87	1.597.474.813,72
2024	1.695.746.111,14	782.957.197,78	2.478.703.308,92

Fonte: Própria - Subsecretaria da Receita Estadual

Gráfico 4. Histórico da recuperação de créditos



Fonte: Própria - Subsecretaria da Receita Estadual

O Programa Negocie Já foi um sucesso em termos de recuperação de créditos, obtendo um resultado sem precedentes no Estado de Goiás. Foram objeto de negociação um total de 401 mil processos, sendo 272 mil quitados e 129 mil parcelados. Em valores nominais, isso representou R\$ 4.952.305.279,59 negociados, sendo R\$ 1.583.570.345,23 pagos à vista e R\$ 3.368.734.934,36 bilhões parcelados.

O estoque da dívida ativa tributária e não tributária do Estado de Goiás, gerido pela Secretaria de Estado da Economia, em 31/12/2024, totalizava o valor de R\$38.968.637.890,68.

Contrariando a tendência natural de crescimento anual da dívida ativa até 2022, no exercício de 2024, assim como no exercício anterior (2023), houve uma redução expressiva no valor do estoque, haja vista ter sido concluído um grande saneamento em toda a base da dívida ativa, com a implementação do Tema 1062-STF (Taxa SELIC), da Lei nº 21.842/2023 e do Decreto nº 10.369/2023, além da realização do Programa Negocie Já, que também reduziu o estoque da dívida ativa em razão dos pagamentos realizados e da anistia e remissão concedidos.

A Tabela 9 apresenta o demonstrativo da evolução do estoque da Dívida Ativa do Estado de Goiás, nos anos de 2023 e 2024.

Tabela 9. Evolução do Histórico da Dívida Ativa

Estoque da Dívida Ativa	2023	2024
ICMS		
Principal	R\$ 10.069.158.363,82	R\$ 11.894.297.855,56
Atualização Monetária	R\$ 9.314.565.060,34	R\$ 4.740.744.927,69
ICMS Pena Pecuniária	R\$ 14.909.576.179,89	R\$ 4.328.284.343,67
Multas e Juros de Ação Fiscal	R\$ 23.774.548.994,24	R\$ 16.766.501.200,94
IPVA		
Principal	R\$ 563.910.618,13	R\$ 561.662.941,49
Atualização Monetária	R\$ 254.856.347,54	R\$ 136.322.768,99
Multas e Juros de Ação Fiscal	R\$ 242.901.785,51	R\$ 144.570.709,86
ITCD		
Principal	R\$ 101.526.979,16	R\$ 74.963.522,76
Atualização Monetária	R\$ 98.448.812,91	R\$ 27.205.846,94
ITCD Pena Pecuniária	R\$ 30.435.429,11	R\$ 11.561.724,29
Multas e Juros de Ação Fiscal	R\$ 179.461.257,25	R\$ 80.600.400,06
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		
Principal da Dívida Não Tributária	R\$ 20.714.182,08	R\$ 20.209.214,41
Atualização Monetária da Dívida Não Tributária	R\$ 17.762.718,68	R\$ 17.462.536,10
Multas e Juros de Ação Fiscal Da Dívida Não Tributária	R\$ 171.035.925,42	R\$ 164.249.897,92
TOTAL	R\$ 59.748.902.654,08	R\$ 38.968.637.890,68

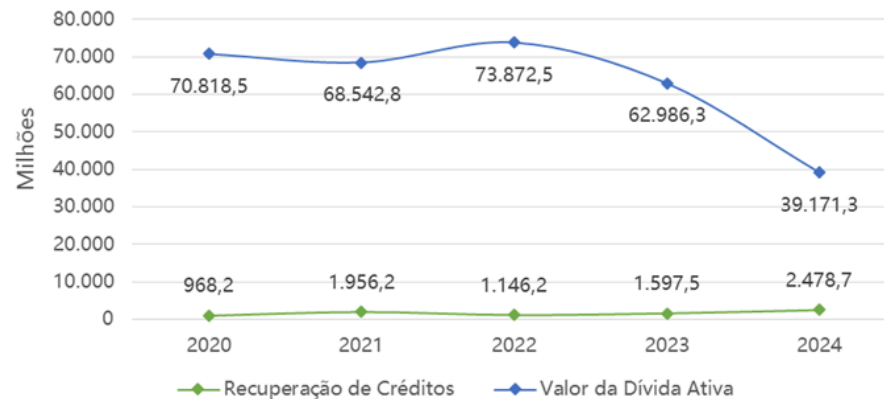
Fonte: Própria - Subsecretaria da Receita Estadual

Comparando-se a recuperação de crédito tributário atualizado pelo IPCA, com o valor da dívida ativa também atualizada, com os exercícios 2020, 2021, 2022 e 2023, houve um expressivo aumento, na medida que a relação Recuperação de Créditos sobre o Valor da Dívida Ativa saltou de 1,37% em 2020 para 6,33% em 2024, conforme a Tabela 10 e o Gráfico 5.

Tabela 10. Recuperação de Créditos x Dívida Ativa

Comparativo da Recuperação de Créditos com a Dívida Ativa (atualizado IPCA)			
	Recuperação de Créditos (R\$)	Valor da Dívida Ativa (R\$)	Recuperação de Créditos Anual Real (%)
2020	968.207.084,29	70.818.468.760,70	1,37%
2021	1.956.155.832,31	68.542.847.028,09	2,85%
2022	1.146.235.725,07	73.872.490.190,31	1,55%
2023	1.597.474.813,72	62.986.307.321,04	2,54%
2024	2.478.703.308,92	39.171.274.807,71	6,33%

Fonte: Própria - Subsecretaria da Receita Estadual

Gráfico 5. Recuperação de Créditos x Dívida Ativa

Fonte: Própria - Subsecretaria da Receita Estadual

3.1.4.1. Entregas

18167 - FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO MODERNIZADA

ENTREGA	VALORES FÍSICOS		VALORES FINANCEIROS R\$			AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
	PREVISTO	REALIZADO	ESTIMADO PPA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	LIQUIDAÇÕES MONITORADAS	
18167 - FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO MODERNIZADA	30,0	21,7	16.870.150,00	9.676.000,00	7.291.979,07	3250 - MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO (R\$ 7.291.979,07)

As ações implementadas contribuíram significativamente para a modernização e o aumento da eficiência do sistema de fiscalização de mercadorias em trânsito. O aprimoramento no monitoramento de dados, a maior agilidade das equipes, o ganho de precisão nas análises e a integração com sistemas estaduais e nacionais resultaram em melhorias concretas nas condições de trabalho e na efetividade das ações fiscais.

Esses avanços também têm impacto direto na redução de fraudes e irregularidades, favorecendo a concorrência justa no âmbito dos tributos estaduais, com reflexos positivos tanto para a administração quanto para a sociedade, ao ampliar a transparência e fortalecer a confiança nas operações fiscais.

A entrega representou um salto qualitativo na eficiência fiscal, na segurança rodoviária e na transparência das operações. O sistema de alerta, por exemplo, integra um processo mais amplo que contempla o Termo de Apreensão Eletrônico e sua conexão com o Sistema ONE.

As melhorias já começaram a gerar efeitos relevantes na fiscalização do transporte rodoviário de cargas, reforçando o compromisso do Estado com uma atuação mais ágil, integrada e eficaz.

● Maior Eficiência e Agilidade da Fiscalização

A implementação de alertas via Telegram permitiu comunicação em tempo real entre auditores fiscais,

gerando maior agilidade e eficiência nas respostas a possíveis irregularidades e ações de fiscalização. A fiscalização tornou-se mais proativa, o que aumentou a eficiência operacional.

Atualizações nas plataformas FIS-EON e FIS WEB trouxeram melhorias diretas para o monitoramento e gestão das operações de fiscalização, garantindo maior precisão no acompanhamento de documentos fiscais e de equipamentos de fiscalização.

A Integração com o Sistema ONE (Operador Nacional dos Estados) - foi executado 27% do projeto e o Termo de Apreensão Eletrônica - que tem como objetivo permitir a emissão e registro eletrônico de apreensões, substituindo o processo manual e proporcionando maior agilidade e segurança nas operações - foi executado 49% do projeto.

Foram instalados 60 equipamentos (câmeras LAP e sensores WIM), sendo que a meta prevista era de 86 equipamentos.

● **Redução da Evasão Fiscal e Combate às Irregularidades:**

A implantação de sistemas de cruzamento de dados (LAP/LAP+WIM) e alertas automatizados permitiu identificar e abordar irregularidades de forma mais assertiva. Como resultado, houve uma diminuição significativa da evasão fiscal e maior controle sobre o transporte de mercadorias.

● **Aumento da Transparência e Confiabilidade:**

O monitoramento automatizado reduziu a dependência de processos manuais, minimizando erros humanos e fortalecendo a segurança jurídica das ações fiscais. Isso elevou a confiança pública e institucional nas operações realizadas.

● **Impactos na Segurança Rodoviária e nas Condições de Trabalho:**

O uso de tecnologias avançadas não apenas aumentou a eficácia das fiscalizações, mas também contribuiu para a segurança nas rodovias, reduzindo infrações e riscos associados ao transporte irregular.

Essas ações estão proporcionando um avanço significativo na qualidade dos serviços prestados, elevando o nível de controle e conformidade tributária, o que impacta diretamente na redução de fraudes e aumento da justiça fiscal.

Melhorias na estrutura física:

Reforma do Posto Fiscal JK (Entrada), com início da obra em agosto de 2023 e a previsão de conclusão em fevereiro de 2025, atingiu 92% de execução em 2024.

A revitalização do Posto Fiscal JK em Itumbiara visa melhorar a infraestrutura e a segurança das instalações, além de otimizar o processo de fiscalização na região,

crucial para a fiscalização tributária do agronegócio. As principais melhorias incluem pavimentação, acessibilidade, sinalização, reforma das estruturas existentes, incluindo fachadas, pinturas, revestimentos cerâmicos e instalações elétricas.

Impactos esperados:

- Segurança: Melhoria nas condições de segurança para trabalhadores e fiscais.
- Eficiência: Agilidade no processo de fiscalização, com melhor trafegabilidade de veículos.

- **Reforma da Delegacia Regional de Fiscalização - DRF de Porangatu**

A reforma da DRF de Porangatu tem como objetivo a melhoria da segurança e da acessibilidade dos servidores e usuários.

Embora 60% da obra tenha sido concluída até junho de 2024, a mesma foi paralisada por dificuldades financeiras da empresa contratada. Isso não permitiu que a meta fosse completamente alcançada dentro do prazo originalmente estipulado, que era setembro de 2024.

Ações futuras:

- Conclusão da Instalação dos Equipamentos Pendentes:

Priorizar a finalização da instalação das faixas pendentes, principalmente aquelas em fase de homologação ou aguardando liberação processual;

- Integração de Dados e Acompanhamento: Continuar aprimorando a integração dos dados coletados pelos sensores LAP e WIM com os sistemas disponíveis para as equipes de fiscalização.

- Ajustes no Processo Burocrático: Buscar um canal de comunicação com estes órgãos de forma de reduzir os entraves burocráticos que têm impactado a execução do projeto.

ECONOMIA
Secretaria de
Estado da
Economia

